

Áreas Indicadas para Recuperação Ambiental na Bacia Hidrográfica Guapi-Macacu, RJ

Resumo

A bacia hidrográfica fluminense do Guapi-Macacu, situada em área de Mata Atlântica, fornece água para cerca de 2 milhões de pessoas e também para irrigação e piscicultura. Além do importante manancial hídrico contribui com parte da produção agrícola estadual. Em seu entorno estão presentes unidades de conservação (UCs) de Proteção Integral e de Uso Sustentável que fazem parte do Mosaico do Corredor Central Fluminense. Entretanto, a região sofre um processo desordenado de ocupação do solo associado às práticas de manejo e cultivo inadequados, o que concorre para a sua degradação ambiental. Desta forma, este estudo objetivou identificar as áreas prioritárias para recuperação nessa bacia em subsídio ao planejamento do uso das terras. Para tanto foi realizada uma revisão bibliográfica e uma análise dos instrumentos de gestão e planejamento disponíveis sobre a bacia do Guapi-Macacu. Os resultados apontaram que 13% da área da bacia estão sob maior risco de degradação ambiental, apresentando conflitos de uso da terra e ausência de cobertura vegetal natural e que, aproximadamente, 51% de suas Áreas de Preservação Permanente (APPs) estão ocupadas com agricultura, pastagem e área urbana, ao invés de estarem protegidas por vegetação natural.

Introdução

A região da bacia do Guapi-Macacu consiste em um eixo de fundamental importância para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. Apesar disso, sofre forte pressão antrópica que gera impacto ambiental negativo em parte de seu território.

Apesar de sua grande importância no contexto ambiental, a destruição das matas ciliares, a expansão urbana sem planejamento, a falta de tratamento de esgotos sanitários e a instalação de atividades industriais vêm acarretando uma piora da qualidade da água e principalmente a diminuição da capacidade de armazenamento dessa bacia hidrográfica, (BENAVIDES *et al.*, 2009).

A vegetação natural mais preservada encontra-se em áreas protegidas por Unidades de Conservação que inibem o desmatamento das áreas remanescentes de Mata Atlântica e contribuem para a manutenção da qualidade e da quantidade da água das bacias, mas não impedem que estas sejam progressivamente degradadas, fator que pode se acentuar com a instalação do COMPERR, conforme (PEDREIRA *et al.*, 2009).

Assim, este estudo objetiva fazer o mapeamento das áreas suscetíveis à degradação, que demandam prioridade de recuperação nessa região, e desta forma, contribuir com informações que subsidiem o planejamento do uso das terras e favoreçam a conservação ambiental.

Palavras-chave: conservação ambiental, degradação e planejamento

Materiais e Métodos

A bacia hidrográfica do rio Guapi-Macacu (Fig. 1) abrange os municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e uma pequena área de Itaborai, alcançando uma área aproximada de 1.260 km². Limita-se ao norte e noroeste pela serra dos Órgãos, a nordeste pela serra de Macaé de Cima, ao leste pelas serras da Botija e de Monte Azul e ao sul pelas serras do Sambê e dos Garcias (CONSÓRCIO ECOLOGUS-AGRAR, 2005).

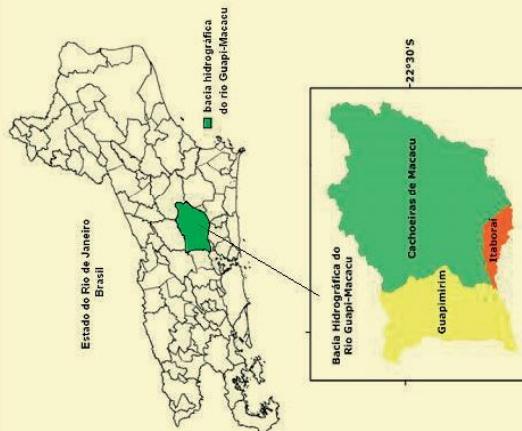


Figura 1: Localização da área de estudo.

A metodologia de elaboração do mapa de áreas prioritárias para recuperação na bacia do Guapi-Macacu incluiu a seguinte sequência de atividades:

1. Levantamento bibliográfico sobre a região de estudo incluindo mapeamentos temáticos (escala 1:50 000) disponíveis.
2. Consulta aos documentos de gestão e planejamento disponíveis sobre a região da bacia do Guapi-Macacu.
3. Mapeamento de áreas prioritárias para recuperação. Para tanto, os mapeamentos secundários usados como referência neste estudo foram integrados por meio de aplicação de ferramentas de análise espacial em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG), utilizando o programa ArcGis versão 9.3 da ESRI.

Foram realizados cruzamentos entre os seguintes mapas temáticos:

- áreas de preservação permanente por Zona Agroecológica, excluídas as unidades de conservação de proteção integral;
- áreas de preservação permanente por unidade de conservação de uso sustentável;
- áreas de preservação permanente desprovidas de cobertura vegetal natural por zona agroecológica e por unidades de conservação de uso sustentável.

Para a composição do mapa-síntese com a indicação das áreas prioritárias para recuperação, foi adotado o seguinte conjunto de regras de inclusão para o mapeamento:

- a. áreas identificadas em situação de conflito de uso (CARVALHO JR. et al., 2009), indicativas de risco de impacto ambiental;
- b. áreas de APPs sem vegetação natural florestal, portanto, em desacordo com a recomendação legal;
- c. áreas estratégicas de interesse para proteção e/ou recuperação indicadas nos instrumentos de gestão analisados; e
- d. Avaliação das APPs sem cobertura da vegetação natural por meio do cálculo dos valores em área (ha) e percentuais (%) referentes às APPs na bacia do rio Guapi-Macacu. Esses cálculos foram feitos com base nos mapeamentos secundários disponíveis.

Cabe observar que todas as áreas da bacia que se encontravam nas situações apontadas nos itens (a, b, c) foram consideradas em situação de prioridade para recuperação. No mapeamento elaborado, as áreas de APPs sem vegetação natural florestal na bacia do rio Guapi-Macacu foram integradas à forma ilustrativa as áreas estratégicas para recuperação sugeridas nos instrumentos de gestão e planejamento consultados. Para calcular a extensão das áreas de APPs sem cobertura de vegetação natural por zonas agroecológicas da bacia do Guapi-Macacu foram cruzados entre si o mapa de APPs X mapa de zoneamento agroecológico X mapa de uso e cobertura da terra. Enquanto que para obter os valores em área das APPs sem cobertura vegetal por UCs de Uso Sustentável na bacia do Guapi-Macacu foi feito o cruzamento entre os mapas de APPs X mapa de unidades de conservação X mapa de inclusão para o mapeamento.

Resultados e Discussão

As sobreposições realizadas entre os mapas temáticos permitiram obter os seguintes resultados:

Tabela 1: Áreas de preservação permanente nas zonas agroecológicas delimitadas na bacia do Guapi-Macacu e situação em relação à cobertura vegetal natural.

Zonas agroecológicas da bacia do Guapi-Macacu	Área das zonas agroecológicas (ha)	APPs por zona agroecológica	APPs desprovidas de cobertura de vegetação natural por área total de APPs	Unidades de Conservação na bacia do rio Guapi-Macacu (UCUSS)	Área das UCUSSs (ha)	Área de APPs sem cobertura da vegetação natural por UCUS (ha)	% de APPs em relação à área da UCUS
	área (ha)	% em relação à área das zonas	área (ha)	% em relação à área das zonas			
ZAI	36.931,98	8.027,97	21,74	4.535,02	56,49	APA da Bacia do Macacu	19.497
ZAS	1.096,81	123,58	11,27	77,24	62,50	APA de Petrópolis	5.777
ZC-R	45.497,66	—	—	—	—	APA de Guapi-Guapiaçu	14.594
ZP	27.033,2	4.879,97	18,05	3.132,83	64,20	APA do Rio São João	1.113
ZPE	14.337,07	2.097,41	14,63	1.683,67	80,27		
Total	124.896,72	20.841,05	16,68	10.611,26	50,92		

Notas: ZAI (Zona recomendada para Agricultura Intensiva), ZAS (Zona recomendada para Agricultura Semi-Intensiva), ZCR (Zona recomendada para conservação ou recuperação dos recursos naturais) – nesta Zona estão incluídas as UCs de Proteção Integral, para as quais não foram napeadas as APPs, ZP (Zona recomendada para pastagens), ZPE (Zona recomendada para pastagens adaptadas ao excesso de umidade) (Fonte: CARVALHO JR et al., 2009).

Tabela 2: Situação das APPs em relação à cobertura vegetal natural nas unidades de conservação de uso sustentável (UCUSS) na bacia do rio Guapi-Macacu.

	Área das UCUSSs (ha)	Área de APPs por UCUS (ha)	% de APPs em relação à área da UCUS	Área de APPs sem cobertura da vegetação natural por UCUS (ha)	% de APPs sem cobertura da vegetação natural em relação à área total de APPs

Nota: A APA de Guapimirim por estar em área de mangue, considerada em sua totalidade como APP, não foi analisada.

Os dados apresentados (Tab. 1 e Tab. 2) mostram que a presença de APPs sem cobertura florestal se distribui por todas as zonas agroecológicas analisadas, embora apresente uma maior expressividade em ZAI, ZP e ZPE que, em síntese, são indicadas para uso com agricultura e pastagem. Além disso, mostra que aproximadamente 51% da área total formada pelo conjunto de APPs da bacia, encontra-se desflorestada ou sem cobertura vegetal natural. Neste caso, a ocupação se dá por outras classes de uso, entre as quais, agricultura, pastagem ou área urbana.

Dentre as UCUs, a APA da Bacia do Rio Macacu é a que apresenta maior proporção de área em situação de APP, porém a maior parte dela desprovida de vegetação natural. A APA de Guapi-Guapiaçú também se destaca pela falta de cobertura da vegetação natural em relação ao conjunto territorial das APPs. Em síntese, observa-se que todas as UCUs da bacia apresentam APPs sem cobertura vegetal natural.

A consulta aos documentos de gestão e planejamento de UCs e de municípios existentes na bacia do rio Guapi-Macacu permitiu extrair algumas informações sobre áreas específicas que apresentam fragilidades e que podem incorrer em degradação ambiental. A localização de tais áreas, quando possível, foi indicada no mapa de áreas prioritárias elaborado (Fig. 2).

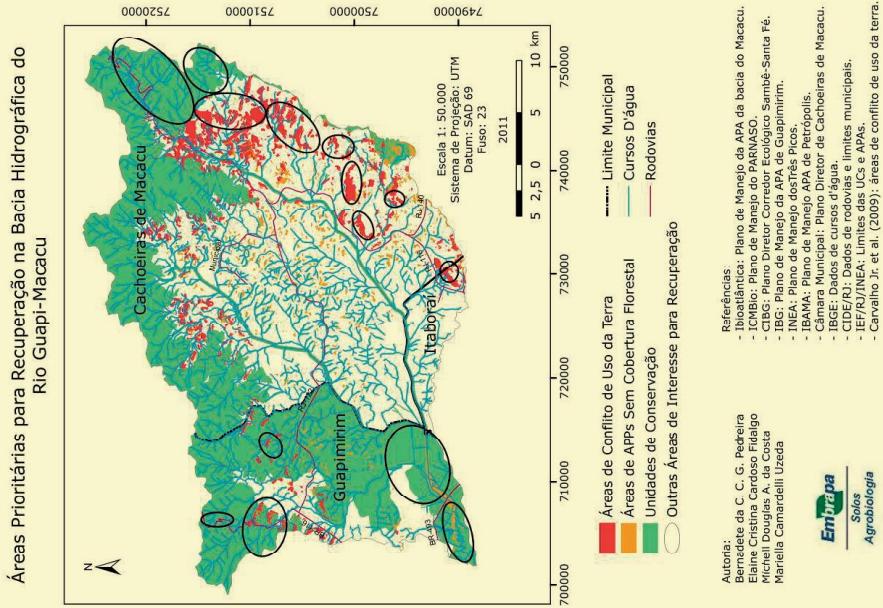


Figura 2: Mapa de áreas prioritárias para recuperação ambiental na bacia Guapi-Macacu.

Referências Bibliográficas

- BENAVÍDEZ, Z. C.; CINTRÃO, R. P.; FIDALGO, E. C. C.; PEDREIRA, B. C. C. G.; PRADO, R. B. 2009. *Consumo e abastecimento de água nas bacias hidrográficas dos rios Guapí-Macacu e Cacéibu-RJ*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos. 158p. (Documentos, 115).
- CARVALHO JR., W.; CHAGAS, C. S.; FIDALGO, E. C. C.; PEDREIRA, B. C. C. G.; BHERING, S. B.; PEREIRA, N. R. 2009. *Zoneamento Agroecológico da Bacia Hidrográfica Guapí-Macacu*. In: Rio de Janeiro: Ibitiúantica. Plano de Manejo – APA da bacia do rio Macacu. 4:95-115.
- CONSÓRCIO ECOLOGUS-AGRAR. 2005. *Plano diretor de recursos hídricos da região hidrográfica da Baía de Guanabara*. Relatório Final. Rio de Janeiro.
- PEDREIRA, B. C. C. G.; FIDALGO, E. C. C.; PRADO, R. B.; FADUL, M. J.; BASTOS, E. C.; SILVA, S. A.; ZAINER, N. G.; PELUZO, J. Dinâmica de uso e cobertura da terra nas bacias hidrográficas do Guapí-Macacu e Cacéibu-RJ. Rio de Janeiro: Embrapa Solos. 66 p. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 136).